

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA REVISÃO TEÓRICA DE UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

FRANCINE MORALES TAVARES RIBEIRO¹; JEFERSON DUTRA SALABERRY²;
SIDNEY GONÇALVES VIEIRA³

¹Universidade Federal de Pelotas – francine_mtavares@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – jeferson.sallaberry@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – Sid_geo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Saber como são tratadas as questões do patrimônio cultural a partir de uma perspectiva administrativa e de gestão, é a temática que despertou o interesse por deste estudo.

Partindo do âmbito das questões preservacionistas, as políticas públicas do patrimônio cultural surgem como instrumentos para auxiliar no processo de preservação, os quais são fundamentais para a consolidação de salvaguarda e proteção do patrimônio histórico. Porém, para o efetivo desenvolvimento de uma política pública preservacionista são necessárias estratégias de gestão, as quais necessitam passar continuamente por uma avaliação. Sem essa avaliação não se sabe se as expectativas das políticas se cumprem e em que medida, a quem atingem e se chegam a resultados desejáveis.

A partir desta reflexão, a pesquisa apresenta a seguinte problemática : A avaliação é um mecanismo necessário para medir os impactos da aplicação de uma política pública preservacionista? Baseado nesta problemática, o objetivo deste estudo é a de discutir a importância e a necessidade da produção de informações que subsidiem a gestão pública preservacionista, fazendo-a capaz de enxergar a avaliação como um instrumento de ação da política.

A condição dos bens patrimoniais como objeto de política pública é uma abordagem nova, que se estruturou de uma forma mais concreta no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988. Deste ano em diante, ocorre uma descentralização dos poderes e, conseqüentemente, amplia-se consideravelmente a autonomia dos municípios brasileiros, os quais passam a compor a administração político-administrativa da Federação Brasileira, recebendo o encargo de exercer, entre outras coisas, a proteção do patrimônio histórico-cultural local representativos de uma época, os quais reunidos representam o patrimônio de um lugar.

Entende-se que a elaboração de políticas públicas municipais deve ser precedida da formulação de diagnósticos. Estes devem vislumbrar se os impactos reais da política corresponderão às expectativas e, também, deve-se propor que a mesma seja submetida à avaliação.

A avaliação, apoiando-se Arretche (1998), “vale dizer que se trata precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular” (ARRETICHE, 1998, p. 01). Neste sentido, a avaliação pressupõe que questionamentos serão colocados aos órgãos coordenadores e executores dessas políticas. As respostas permitirão que se avalie e julgue os impactos efetivos da criação de determinada política patrimonial.

Para os autores Ala-Harja e Helgason , “a avaliação de programa pode ser definida como uma análise sistemática de aspectos importantes de seu valor,

visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis” (ALA-HARJA; HELGASON, 2000, p.5). Assim, a avaliação surge como um mecanismo de *feedback* de determinada política pública cultural, é uma forma de verificar os pontos fracos e fortes da mesma.

A literatura que trata de indicadores para a avaliação de políticas públicas costuma distingui-las em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência, distinção esta que é basicamente um recurso analítico destinado a separar aspectos distintos dos objetivos e por consequência, da abordagem, dos métodos e técnicas de avaliação.

Apoiando-se em Figueiredo e Figueiredo (1986) por avaliação de efetividade, entende-se o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais e/ou culturais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação. Por avaliação de eficácia, entende-se a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos. Esta avaliação pode ser feita entre, por exemplo, as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa, a avaliação de eficácia é seguramente a mais usualmente aplicada nas avaliações correntes de políticas públicas. Isto porque ela é certamente aquela mais factível e menos custosa de ser realizada. Na verdade, o avaliador estabelece uma equação entre metas anunciadas por um programa e, com base nas informações disponíveis, as relaciona às metas alcançadas e, deste modo, conclui pelo sucesso ou fracasso da política. Neste tipo de avaliação, a maior dificuldade consiste na obtenção e confiabilidade das informações obtidas.

Por avaliação de eficiência, entende-se a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados.

A produção de indicadores, de qualquer natureza, tem que estar estritamente associada aos objetivos da medição que se deseja realizar, assim em uma única política pública preservacionista é possível utilizar todos os tipos de indicadores de avaliação citadas acima, basta identificar os dados necessários para cruzar com as informações que se deseja alcançar, seja sobre o impacto, a meta ou o processo da política.

2. METODOS

Baseado que o conhecimento teórico-histórico de um dado campo do conhecimento é essencial para sua práxis e para uma melhor compreensão dos seus desdobramentos, sua trajetória e perspectivas, este estudo realiza um resgate teórico da literatura sobre a trajetória das políticas públicas de preservação cultural no Brasil e a inserção da sociedade civil neste processo. A avaliação é observada com maior profundidade e atravessando diversas definições conferidas pela literatura que trata do tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposição de uma política pode ser tanto necessária quanto desejável, mas para saber se a sua aplicação é condizente com as demandas e motivos que a gerou, faz-se necessário avaliá-la quanto aos seus resultados e o impacto obtido por estes.

Crê-se que os mecanismos de medição de uma política podem ser exitosos ou não conforme a eleição dos indicadores, que são tratados aqui como partícipes de vulto da avaliação. Verificou-se que a produção de indicadores, de qualquer natureza, tem que estar estritamente associada aos objetivos da medição que se deseja realizar, e que a produção de informações pode gerar indicadores, mas tal processo não ocorre de forma automática.

Além disso, as políticas públicas de caráter cultural devem contar com estratégias de implementação e formas de avaliação com bases em informações coletadas, porém os estudos de avaliação são em si mesmo mais complexos. Não é aconselhável negar a dificuldade que é tentar isolar da realidade, variáveis efetivamente relevantes para a obtenção das informações. Do mesmo modo, não é atitude prudente ignorar a incerteza sobre os reais objetivos da política avaliada se essa não os enuncia diretamente.

Fato evidente é que requer análise a verificação das relações de causalidade entre programas e seus resultados.

4. CONCLUSÕES

São acirrados e freqüentes os debates em torno das políticas públicas do patrimônio cultural, em especial nos últimos anos. No Brasil, os debates objetivam compreender, formular e avaliar as próprias políticas.

A década de 1980 foi marcada pelo desenvolvimento das políticas públicas municipais impulsionadas por um novo contexto político que anunciava ações democráticas e sugeria a participação da sociedade em decisões antes restritas às esferas do poder dominante.

O surgimento de políticas públicas culturais reflete novos valores atribuídos ao patrimônio histórico e arquitetônico bem como a motivação dos governos a tratar do tema. Assim, este estudo pretendeu ser uma breve contribuição para o tema pungente sobre a avaliação de políticas públicas patrimoniais, permeado pela convicção de que é determinante que se avalie para melhorar a aprendizagem organizacional e para fortalecer o conhecimento técnico indispensável à elaboração de novos instrumentos de análise de dada ação.

Desta forma, está em aberto o debate sobre novos mecanismos para verificar os impactos de uma política pública patrimonial e destacar a avaliação como uma forma de responder à questão da relação entre os processos e seus resultados, que são condições necessárias ao contexto democrático brasileiro.

5. REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka e HELGASON, Sigurdur. **Em direção às melhores práticas de avaliação.** *Revista do Serviço Público* 51, nº. 4, 2000.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Tendências no estudo sobre avaliação.** In: Elisabeth Melo Rico (org). *Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em Debate.* São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO Argelina Maria Cheibud, **Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica.** In: *Textos IDESP*, nº. 15, 1986.